



UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE EDITAL Nº. 01/2017  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
PROFESSOR ADJUNTO NÍVEL 1 DA UNIRV – UNIVERSIDADE DE  
RIO VERDE

RESPOSTAS ESPERADAS – PROVA DISCURSIVA

FACULDADE/ÁREA DE ATUAÇÃO: DIREITO INTERNACIONAL

PRIMEIRO TEMA SORTEADO: O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Espera-se que o candidato desenvolva os seguintes tópicos:

- Precedentes histórico  
(descrever a origem histórica do Direito Internacional dos Direitos Humanos)
- Dimensões ou gerações de direitos humanos  
(associar cada uma das quatro gerações ou dimensões a partir dos ideais da Revolução Francesa: liberdade, igualdade, fraternidade e solidariedade)
- Sistema Universal
  - o Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948)
  - o Pacto de Direitos Cíveis e Políticos (1966)
  - o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966)
  - o Mecanismos globais não convencionais de proteção dos direitos humanos (Conselho de Direitos Humanos da ONU e Resoluções do Conselho Econômico e Social da ONU)
- Sistemas Regionais
  - o Sistema Europeu (mencionar a Convenção Europeia de Direitos Humanos e Corte Europeia de Direitos Humanos)
  - o Sistema Americano ou Interamericano (mencionar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica; Comissão e Corte Interamericanas)
  - o Sistema Africano (mencionar Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos; Comissão e Corte Africana)
- Hierarquia dos Tratados dos Direitos Humanos no ordenamento brasileiro  
(abordar a EC 45/2004, o posicionamento do STF e a posição da doutrina sobre o tema)
- Eficácia das sentenças proferidas pelos Tribunais Internacionais de Direitos Humanos no âmbito interno dos Estados  
(explorar a questão da (in)eficácia das sentenças proferidas pelos Tribunais Internacionais de Direitos Humanos no âmbito interno dos Estados, em especial quanto aos efeitos das decisões da Corte Interamericana no Brasil)

Referências:

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, G. E.; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional público**. 18. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010, p. 956.

AMARAL JÚNIOR, Alberto. **Curso de direito internacional público**. 2 ed. – São Paulo: Atlas, 2011, p. 726.

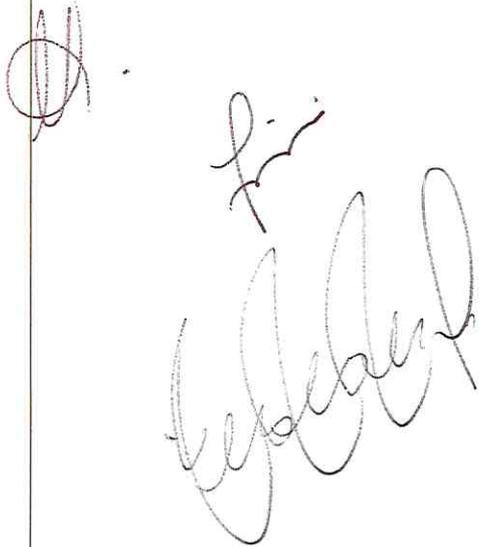
GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público**. 7. ed. – São Paulo: Saraiva, 2013, p. 592.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direitos humanos**. 2. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Método, 2015, p. 421.

PIOVESAN, Flávia. Introdução ao sistema interamericano de proteção dos direitos humanos: a convenção americana de direitos humanos. In: GOMES, Luiz Flávio; PIOVESAN, Flávia (Coord.). **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: 2000, p. 17-52.

RAMOS, André de Carvalho. A execução das sentenças da corte interamericana de direitos humanos no Brasil. In: SOARES, Guido Fernando Silva; CASELLA, Paulo Borba *et al.* (Org.). **Direito internacional, humanismo e globalidade**. São Paulo: Atlas, 2008, p. 451-468.

REZEK, Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 16. ed. rev., atual. – São Paulo: Saraiva, 2016, p. 486.

Handwritten signature and initials in blue ink. The initials 'F. P.' are written above a large, stylized signature. To the left of the signature, there is a circular stamp or mark.



UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE EDITAL Nº. 01/2017  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
PROFESSOR ADJUNTO NÍVEL 1 DA UNIRV – UNIVERSIDADE DE  
RIO VERDE

RESPOSTAS ESPERADAS – PROVA DISCURSIVA

FACULDADE/ÁREA DE ATUAÇÃO: DIREITO INTERNACIONAL

SEGUNDO TEMA SORTEADO: “JUS COGENS” E “SOFT LAW”

Espera-se que o candidato desenvolva os seguintes tópicos:

- Inserir as normas “jus cogens” e a “soft law” no contexto de reformulação das fontes de direito internacional, observando o papel de graduação da força vinculante das normas de direito internacional para os Estados.
- O conceito de “jus cogens” na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969
- Debater a superioridade das normas “jus cogens” no contexto da hierarquia entre as fontes de direito internacional
- Diferenciar os conceitos de “hard law” e “soft law”
- Origem e razões apontadas para o surgimento da denominada “soft law”
- Explorar a relação entre Direito Internacional do Meio Ambiente e a “soft law”

Referências:

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, G. E.; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional público**. 18. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010, p. 956.

AMARAL JÚNIOR, Alberto. **Curso de direito internacional público**. 2 ed. – São Paulo: Atlas, 2011, p. 726.

CRETELLA NETO, José. **Curso de direito internacional do meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 936.

FLOH, Fabio. Direito internacional contemporâneo: elementos para a configuração de um direito internacional na ordem internacional neo-vestfaliana. In: SOARES, Guido Fernando Silva; CASELLA, Paulo Borba *et al.* (Org.). **Direito internacional, humanismo e globalidade**. São Paulo: Atlas, 2008, p. 219-235.

GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público**. 7. ed. – São Paulo: Saraiva, 2013, p. 592.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 9. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 1278.

REZEK, Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 16. ed. rev., atual. – São Paulo: Saraiva, 2016, p. 486.

